

## EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM PROCESSO POLÍTICO E PEDAGÓGICO EM CONSTRUÇÃO

Tony Holanda

### Um Breve Histórico da Educação no Brasil

Ao longo da história brasileira a educação não foi entendida como prioridade pelo Estado. Nesse campo de atuação, sua inserção foi bastante omissa quanto à oferta de educação, principalmente nos períodos anteriores à década de 1930. No período colonial, o Estado (Coroa Portuguesa) não se ocupou com a educação da população. Devido a essa lacuna, a educação ficou a cargo dos padres Jesuítas que atuavam, prioritariamente, com finalidades catequéticas e de aculturamento do nativo (índio). Conforme afirma CARVALHO (2001), “ao longo do domínio português se observou uma maioria da população constituída de analfabetos, uma sociedade escravocrata e uma economia monocultora e latifundiária”. Esses fatores observados pelo autor produziram conseqüências bastante danosas ao desenvolvimento social brasileiro, que ainda hoje convive com o dilema do analfabetismo e da baixa escolaridade de grande contingente da população.

No império, a situação continuou praticamente a mesma. Com a ausência dos Jesuítas que haviam sido expulsos<sup>1</sup> do país, já no final do século XVIII, e sem o direcionamento do Estado quanto à oferta de oportunidades educacionais, o acesso à educação elementar praticamente não existia. Quando ocorria, se realizava, principalmente, através de preceptores, ou seja, da contratação de um professor, por parte de famílias abastadas, para ministrar aulas na própria casa do aluno<sup>2</sup>. Esse fato explicita a omissão estatal quanto à oferta de educação como base para o desenvolvimento social do país.

Diante dessas dificuldades, apenas os mais favorecidos economicamente podiam oferecer educação aos seus filhos, o que já era fato desde o Brasil colonial. Na realidade, o acesso era restrito a uma minoria que possuía boa situação econômica, ao passo que quase toda a população permanecia analfabeta, alheia ao saber escolar. Só as classes dirigentes chegavam a um patamar de estudos mais elevado, enviando, inclusive, alguns de seus filhos para estudar em universidades européias, FREYRE (1983). Essa realidade mantinha as estruturas sociais e econômicas estáveis, garantia a continuidade da exploração do povo simples pela classe dirigente ou por pequenos grupos que detinham pri-

vilégios políticos e econômicos. Para ilustrar o descaso do estado quanto a oferta de educação diz Ghiraldelli (1990: 45) “que os textos sobre educação nas constituições de 1824 e 1891 foram omissos e superficiais”.

O regime republicano trouxe o entusiasmo pela modernização do país, e a educação passou a ser pensada como um dos pilares básicos para o desenvolvimento nacional. A razão dessa motivação foi decorrente, conforme Ghiraldelli (1990:16) do “surto de industrialização desencadeada na reta final do império, o fim do trabalho escravo e a crescente urbanização brasileira”. Observa-se, no entanto, que os fatores que influenciaram a oferta de educação pelo Estado estiveram intrinsecamente ligados à idéia de industrialização e urbanismo, o que suscita dúvidas quanto aos interesses de oferta de uma educação como instrumento de garantia da participação popular<sup>3</sup> e preparo para o exercício da cidadania no novo sistema político: a República. Havia compromisso com a educação da população visando sua participação no novo sistema político? Ou era uma estratégia para moldar a população aos interesses e necessidades de grupos dominantes? Conforme idéia discorrida por Popkewitz (2001:12) as relações de poder perpassam também as questões educativas, produzindo frutos para os soberanos que as custas dessa situação controlam o poder. Refletindo sobre essa abordagem do autor podemos concluir que, muitas vezes, a educação é usada como instrumento de controle, de manipulação e alienação popular, exatamente o contrário do que deveria ser a sua real função.

Embora houvesse todo um entusiasmo no início da República, é somente na década de 1930 que o Estado vai criar mecanismos de organização do sistema educacional brasileiro. É a partir do governo de Getúlio Vargas, com a criação do Ministério da Educação e Saúde, que se institui a educação primária gratuita “como um direito do cidadão e um dever do Estado” Ghiraldelli (1990:45).

A partir desse período, a idéia de desenvolvimento industrial, a crescente urbanização e aumento da classe trabalhadora urbana vai se expandir. A nova realidade de trabalho nas fábricas exigia o domínio de conhecimento técnico, gerando a necessidade de se aprender uma profissão. O ensino profissionalizante aparece como “forma de preparo” da classe menos favorecida, dos pobres, para o exercício do trabalho fabril. Passando por vários arranjos ao longo das últimas décadas do século XX, a educação brasileira tem se mostrado excludente e ineficaz para fazer frente aos desafios da modernidade e as necessidades específicas decorrentes da diversidade populacional brasileira.

Nesse cenário, a escola se apresentou permeada por falhas que comprometeram seu alcance socioeducacional tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo. O baixo nível de escolaridade que se verifica no Brasil aponta para o fracasso escolar no tocante aos altos índices de reprovação, repetência e a conseqüente desistência de muitos que chegam na escola.

Estudos recentes sobre alfabetismo no Brasil, mostram que 30% da população possui índice elementar de alfabetismo funcional e que não completam, inclusive, 4 anos de estudos. Essa categoria é definida como aqueles que frequentaram a escola, mas não completam sequer os quatro anos iniciais do ensino fundamental e que, por isso, fazem uso muito restrito da escrita e da leitura em seu cotidiano. Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (2001). Esse mesmo estudo aponta que para atingir um nível satisfatório seriam necessários 8 ou mais anos de estudos. Tal estudo também apresenta que os que se encontram no nível elementar de alfabetismo funcional pertencem majoritariamente às classes D e E.

Esses resultados expressos acima merecem uma profunda reflexão acerca da função da escola, no sentido de desnudar para que e para quem ela existe? Com que finalidade? Que tipo de educação está sendo ministrada nas escolas? São questões que nos desafiam a pensar e agir com radicalidade e especificidade, como sugere o sociólogo Francisco de Oliveira

## Espaço Rural e Educação: Essa População Também é Cidadã?

Nesse contexto de adversidades enfrentadas pelos setores mais carentes da população quanto ao acesso e permanência na escola, apresenta-se um segmento que sofreu mais drasticamente o descaso educacional: a população residente no campo. Esse setor da sociedade tem se deparado com um contingente significativo de analfabetos absolutos, que no Nordeste chega a 42,6% da população, IBGE (2000) além da convivência com o fenômeno do alfabetismo funcional.

A realidade educacional observada demonstra a deficiência de oferta educacional no espaço rural e, posteriormente, da fragilidade da escola ali presente. Com a acentuação do discurso de modernidade e industrialização iniciada mais efetivamente na década de 1930, o campo passa a ser visto, por alguns setores da sociedade, como sinônimo de atraso (Ghiraldelli 1990). Ainda sobre esse mesmo tema, Damasceno e Beserra<sup>4</sup> (2004) apontam que

mesmo diante da política do Estado nos anos 50 e 60, que objetivava promover a permanência do homem no campo, haja vista já se perceber que o processo de industrialização promovia desenfreadamente o êxodo rural, não surtiu efeito. Além do mais todos os meios de comunicação afirmavam que o urbano era sinônimo de progresso e civilização subtendendo-se o campo como local atrasado.

Observa-se que o campo brasileiro, ao longo de todo o processo histórico, não teve a devida atenção dos setores dirigentes no sentido de ofertar-lhe condições favoráveis aos modos e condições de vida de sua população (Martins, 2003). A educação no campo foi tratada quase sem referência no tocante à especificidade de sua população que, submetida à vontade de oligarquias, sobretudo na região Nordeste, vivia explorada e cada vez mais empobrecida, não apenas do ponto de vista econômico, mas também no que concerne ao conhecimento, como vemos a seguir:

*A escola no campo brasileiro surge tardiamente e não institucionalizada pelo Estado. Até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada; embora o Brasil fosse um país de origem e predominância eminentemente agrária, a educação do campo não foi sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891... (RAMOS, MOREIRA e SANTOS, 2004, p. 7)*

A educação ministrada no campo apresentou dificuldades tais como de acesso, adequação à realidade e necessidades específicas dessa população. A escola no campo se mostrou como sendo algo de pouca importância e, por isso, inadequada aos anseios e interesses desta população. Uma escola cuja relevância se limitava aos aprendizados elementares da leitura, da escrita e das incipientes operações numéricas. Esse modelo de escola não deu resultado, fato expresso no alto índice de analfabetismo e no baixo nível de escolaridade daqueles que freqüentaram os bancos escolares, mas não lograram êxito. Urge a necessidade de uma escola inclusiva, de qualidade e que seja no e do campo.

## *A realidade educacional no campo*

Dados divulgados pelo censo demográfico (2000), apontam que no Brasil 18,8% da população reside no campo e que a média de escolaridade registrada na população com idade entre 15 anos ou mais é de 3,4 anos. Se esta análise considerar apenas a região Nordeste, verifica-se que a po-

pulação que reside no âmbito rural é cerca de 30,9%, e que a média de escolaridade de sua população é de apenas de 2,6 anos. Este mesmo censo mostra que o nível de renda dos habitantes do campo desta região é o mais baixo do país. O baixo rendimento coincide com o menor índice de escolaridade apresentado entre as cinco regiões brasileiras.

Observa-se pela exposição dos dados que no Nordeste brasileiro as desigualdades sociais e educacionais são mais acintosas. É nesta região onde há maior concentração de pessoas vivendo no campo e com maiores dificuldades no tocante ao acesso e permanência na escola (IBGE, 2000).

A temática da educação do campo incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos vem sendo discutida e debatida no sentido de que se proponha o estabelecimento de políticas públicas que de fato contemplem os interesses e especificidades da população do campo.

É verdade que os problemas educacionais não estão localizados apenas no campo, mas é nessa área geográfica que se apresentam os maiores problemas tanto de oferta como de qualidade da escola ofertada. As políticas compensatórias e programas emergenciais freqüentemente lançados para o atendimento educacional da população do campo, são paliativos que mascaram e aprofundam ainda mais as desigualdades existentes.

Este agravamento das questões sociais é notório, tendo em vista que, principalmente, na década de 1990, os ajustes econômicos influenciados pela macroeconomia mundial, resultaram na diminuição de verbas governamentais para setores sociais básicos, dentre eles a Educação. Se analisarmos a década de 1990, veremos que o governo descentralizou o atendimento na EJA e buscou implementar programas através de parcerias com variados setores da sociedade. Estas políticas foram de caráter compensatórias e não deram conta de suprir as necessidades e demandas que a atual conjuntura apresenta. O Programa Alfabetização Solidária, iniciado em 1997, destinado prioritariamente ao público jovem e aos municípios e periferias urbanas em que se encontram os índices mais elevados de analfabetismo, apresentou poucos resultados. Segundo a sua coordenação, nos três anos iniciais do programa, sua atuação atingiu cerca de 866 municípios, atendendo a 776,000 alunos. Todavia, os resultados não são animadores, pois menos de 1/5 dos alunos participantes deste programa adquiriu a capacidade de ler e escrever pequenos textos. (HADDAD e DI PIERRO, revista brasileira de educação, 2000).

Outra iniciativa visando enfrentar o analfabetismo e o baixo nível de escolaridade foi o Programa Nacional de

Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esta ação guarda a singularidade de ser um programa do governo federal gastado fora da arena do governo. Este programa conta com a participação das universidades públicas e dos movimentos sociais do campo, dentre os quais está o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Implementado desde 1998, vem subsistindo aos riscos de descontinuidade. Em 1999 chegou a 55.000 alfabetizandos e 2.500 monitores nas 27 unidades da federação (HADDAD e DI PIERRO, 2000). O PRONERA atua exclusivamente em áreas de reforma agrária e contemplando ações de alfabetização, escolarização e formação em nível técnico e superior. No contexto vigente, o PRONERA vem se configurando com uma política pública específica voltada ao atendimento das necessidades educacionais de populações residentes em áreas de assentamentos da reforma agrária.

Recentemente, no âmbito do novo governo federal, vem se verificando o interesse em se debater e discutir a temática da educação do campo e junto com esta temática a questão do analfabetismo. Porém, vale ressaltar que os programas de alfabetização, como o “Brasil Alfabetizado” não é suficiente, pois garantir a continuidade dos estudos da população do campo é fundamental para que se possa alcançar um patamar de desenvolvimento social, capaz de promover mudanças substanciais na vida cotidiana dos seus habitantes.

Dados sobre o analfabetismo no campo apontam que no Brasil 29,8 de sua população é analfabeta. Levando em consideração apenas a região Nordeste este índice sobe para 42,6% da população, demonstrando assim o grau de precariedade e de desigualdade que impera na realidade do campo nessa região.

Estudos divulgados pela UNICEF 2003, revelou que a situação da educação nas áreas rurais é pior do que nas regiões urbanas. Crianças que vivem nas áreas rurais, por exemplo, no Estado do Ceará, têm três vezes menos chance de ir a escola e duas vezes mais possibilidades de não serem alfabetizadas, do que as da área urbana.

Essa discrepância demonstra o quanto precisa avançar a educação que hoje é ofertada aos habitantes do campo. É no sentido de transformar esse panorama que a discussão de uma educação no e do campo vem sendo desenvolvida, buscando construir e consolidar um novo paradigma que seja capaz de responder aos grandes desafios apresentados e cujos referenciais sejam pautados pela participação, visão crítica e criativa dos sujeitos, visando a formação humana emancipadora.

Apesar de alguns avanços que se tem observado principalmente a partir da criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério – FUNDEF, ainda perduram sérios problemas principalmente na questão da oferta da educação básica no campo. A oferta escolar acontece via de regra fora do espaço de vida dos educandos, ou seja, nas cidades, utilizando na maioria das vezes transportes escolares sem o mínimo de segurança, além do mais esta escola não conhece a realidade e necessidade que permeia a vida no campo. Isso pode contribuir para que muitos a abandonem.

O atendimento educacional continua muito deficitário, inadequado e distante da real situação de vida e dos desafios que são posto a cada dia para a população do campo. Na compreensão de educação do campo, a escola deve ser um espaço privilegiado das discussões que dizem respeito aos interesses e anseios local, um espaço que não se restringe apenas a conteúdos, mas aberta a qualquer tema ou necessidade concreta da vida cotidiana.

Mesmo diante de alguns avanços pontuais, ainda persistem grandes entraves para que os estudantes que residem no campo possam acessar e concluir a escolarização básica. O atendimento educacional no campo de nível médio, por exemplo, apresenta um número de matrícula que representa apenas 3% da demanda. Este dado é revelador da precariedade do atendimento educacional, mostrando que um grande contingente de pessoas no campo estão excluídas da escola.

Além da ineficácia no atendimento, existe ainda outro sério problema, que consiste na inadequação do fator idade/série daqueles que conseguem acessar o nível médio. Cerca de 77% dos educandos que freqüentam este nível de ensino na região Nordeste estão fora de faixa. A matrícula na Educação de Jovens e Adultos na faixa etária de 15 a 17 anos chega somente a 0,9%. (MEC – INEP, 2002).

É fundamental que se mude este panorama desfavorável que ora se apresenta, para que se possa ter no campo um local onde os sujeitos possam ter acesso a direitos básicos e fundamentais à sua sobrevivência com qualidade social e ambiental.

## Apresentando o Contexto do Surgimento da Proposta de Educação do Campo

Os estudos e discussões sobre a educação no campo vêm ocupando espaços e dinamismos antes não observados, fato que aponta para o fortalecimento desta temática,

sobretudo no que concerne aos aspectos de uma escola inclusiva e de qualidade, bem como para ampliar as discussões e reflexões a cerca da questão agrária brasileira. Este panorama de abertura e participação foi uma construção desencadeada pelos movimentos sociais, sindicais, dentre outros, sobretudo os do campo, que ousaram discutir um novo paradigma para a educação oferecida aos povos habitantes no rural brasileiro.

Este novo momento expresso pelo movimento da educação do campo emerge em meados dos anos de 1990, tendo como experiências as práticas e discussões desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Centros Familiares de Formação por Alternância – CEFFAs, entre outras, que, ao longo dos últimos anos, construíram ricas experiências de Educação do Campo, tanto fora do sistema oficial de ensino quanto em parceria com este (Referências para uma política nacional de educação do campo, 2004).

Em 1998, foi realizado em Luizizânia – Goiás, a primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, tendo a participação de vários movimentos sociais e Ongs engajadas na luta pela democratização da terra e do acesso ao saber como elementos básicos para a construção de uma realidade social mais justa neste país.

Tal movimento teve como entidades promotoras a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – UNESCO e Universidade de Brasília – UnB.

O referencial da educação do campo visa fortalecer os processos educativos desenvolvidos no âmbito rural, e se pauta pelo reconhecimento e valorização das diversidades étnicas e culturais e as especificidades do espaço rural. Também denuncia a negligência do poder público pelo descaso observado com a educação aí ministrada, haja vista o alto índice de analfabetismo e da baixa escolaridade entre aqueles que de algum modo tiveram acesso à escola, mas a abandonaram, e que formam um grupo numeroso dos chamados analfabetos funcionais.

É nesse cenário de refutação da escola que atua no campo, haja vista sua indiferença perante as necessidades e desafios postos diante da população residente no espaço agrário, que o movimento pela educação do campo aponta para novos horizontes que favoreçam a transformação desta realidade educacional, visando à construção de políticas



públicas que atendam as exigências de um campo como espaço de vida, saberes, cultura e identidade própria.

## Educação do Campo e Educação Rural ou no Campo: Apresentando as Diferenças

A educação do campo é a afirmação de um projeto educativo que tenha relação com a realidade vivida concretamente pelos moradores desse espaço. É a compreensão de uma escola que caminha com os sujeitos que dela participam, que está presente nas lutas por melhores condições de vida e que oportuniza a apreensão de conhecimentos com criticidade e reflexividade, objetivando a formação de sujeitos criativos e que saibam ler o mundo e se posicionar diante dele, que sejam capazes de construir a sua própria realidade.

É reconhecedora de que por si só ela não dá conta da resolução dos graves problemas enfrentados na realidade do campo, mas que sua atuação é primordial para a promoção de mudanças Freire (1996). Reconhece que são necessárias mudanças estruturais na realidade do campo e da necessidade de construção de políticas públicas adequadas aos desenvolvimentos humano, social e ambiental dos moradores e moradoras do campo. Como diz Caldart:

*A educação do campo, além de se preocupar com o cultivo da identidade cultural camponesa, precisa recuperar os veios da educação dos grandes valores humanos e sociais: emancipação, justiça, igualdade, liberdade, respeito à diversidade, bem como construir nas novas gerações o valor da utopia e do engajamento pessoal a causas coletivas, humanas (Caldart, 2004: 34).*

A educação do campo pauta pela valorização dos saberes local e também do conhecimento científico, relacionando-os e enriquecendo-os. Compreende que o acesso ao saber é fundamental bem como sua apreensão crítica e reflexiva no sentido de possibilitar aos sujeitos uma formação emancipadora.

A educação rural está vinculada a um modelo reprodutor das relações de desigualdades que sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, notadamente no campo. Uma escola alheia aos problemas, necessidade e desafios da população e que por assim proceder exclui, muitas vezes, o estudante que não ver sentido na educação recebida na escola com a sua vida cotidiana. Em uma discussão acerca do assunto, MANSANO e MOLINA observavam como sendo esta, uma escola que legitimava a

subalternidade do camponês, contribuindo para sua submissão diante da realidade que se lhes apresenta. É essa escola que, mesmo precariamente, esteve presente no campo, uma educação que contribui para a subalternidade e passividade dos sujeitos, uma educação legitimadora das relações de submissão e desigualdades.

Uma escola isolada das necessidades da população, sem articulação e mobilização com outros setores sociais, uma escola voltada para a o aprendizado dos conteúdos elementares. Essas observações acerca da inadequação da escola do meio rural a sua demanda, também está presente nos estudos de Furtado & Furtado (2000), Damasceno & Beserra (2004) Caldart (2004).

Uma discussão mais aprofundada sobre o tema da educação do campo pode ser encontrada na coleção “Por uma Educação Básica do Campo” que vem apresentando discussões teóricas e práticas de um projeto de educação comprometido com o desenvolvimento equilibrado e sustentado no campo.

## O Contexto Agrário e a Função da Escola na Educação do Campo

O espaço agrário brasileiro é profundamente marcado pela grande propriedade e pela submissão do trabalhador e trabalhadora. Atualmente, com o avanço do capitalismo no campo, muito destes latifúndios se tornaram em grandes empresas produtivas, utilizando para tanto avançadas tecnologias as quais permitem grande produtividade sem o emprego do trabalho humano, o qual não deixou de existir, mas foi drasticamente reduzido.

Esta visão da exploração do espaço agrário para fins de produção em alta escala vem afetando sistematicamente as relações e condições de trabalho dos moradores do entorno destes “oásis produtivo”. O agronegócio, nome que caracteriza essa forma de produção, contribui para a expulsão do homem e da mulher do campo e descaracteriza as relações e o modo de ser e produzir da agricultura familiar ou de subsistência. Na compreensão de MANSANO e MOLINA (2004, P 53) “Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Este modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação”.

A agricultura familiar, entendida como aquela que envolve toda a família no processo de exploração e produção na pequena propriedade, cada vez mais é desassistida per políticas públicas, o que força muitas pessoas do cam-

po a buscar, quase sempre frustrada, melhores condições de vida nas grandes metrópoles.

Daí que a compreensão de educação do campo traz também a discussão da questão agrária, defendendo a necessidade de apoio ao pequeno produtor e de um projeto de reforma agrária consistente, como fatores de suma importância para que o homem e a mulher do campo tenham condições de viver dignamente.

Diante do exposto, percebe-se que a educação do campo tem diante de si um grande desafio que precisa ser respondido, para que os sujeitos que aí residem possam inserir-se com autonomia diante dos desafios que são posto no contexto da sociedade contemporânea. É fundamental que esses sujeitos assumam a posição de protagonistas, construindo e apropriando-se de saberes que verdadeiramente colaborem para uma inserção social com autonomia e de forma sustentada de todos que vivem no campo. Na visão de Furtado e Furtado:

*é necessário supor uma mudança nos relacionamentos sociais, uma maior participação dos atores nas estruturas do poder, uma aprendizagem que parte da reflexão social sobre a própria realidade, uma mudança que implica a ruptura do hábito e da rotina, a obrigação de pensar de forma nova sobre coisas do cotidiano e questionar antigos paradigmas (Furtado e Furtado, 2000, p. 37).*

De fato, é necessário que se relacione a educação do campo com os saberes científicos, com o respeito e valorização dos saberes locais, discussão e aprofundamento de temáticas que fortaleçam o desenvolvimento humano e propicie melhorias das condições de da qualidade de vida.

A educação do campo também se caracteriza por estar diretamente envolvida com a dinâmica de vida local, com as necessidades e desafios aí enfrentados e se colocando como espaço de construção do saber de forma coletiva, propiciando aos sujeitos do campo a participação e interação no sentido da construção de um projeto que valorize e preserve valores, costumes e saberes presentes no modo de vida do campo. Enfim, uma escola comprometida com a valorização da identidade e atenta às especificidades presentes no cotidiano dos sujeitos.

## Sinalizando Mudanças

Nessa trajetória de mobilização por uma educação do campo observa-se importantes avanços como a menciona-

da no artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB lei de nº 9394 de 1996), que propõe medidas de adequação da escola à vida do campo. Aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (resolução CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002) e instituição por parte do Ministério da Educação do Grupo Permanente de Trabalho da Educação do Campo pela portaria nº 1374 de 03/06/03.

Essas iniciativas apontam que, mesmo de forma lenta e gradual, o referencial da educação do campo vem se firmando no cenário das políticas públicas de educação, no sentido de promover políticas específicas que estejam consoantes às necessidades e especificidades da vida no campo. Campo esse habitado por homens, mulheres e crianças, sujeitos de direitos (Dipiero, 2004), que buscam o rompimento de uma tradição de subalternidade por uma participação ativa nos processos políticos e sociais de construção da realidade.

## Referências Bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez; MANÇANO, Bernardo Fernandes. **A educação**

**básica e o movimento social do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DAMASCENO, Maria Nobre & BESERRA, Bernadete. **Estudos sobre educação rural no Brasil: estudo da arte e perspectivas.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan/abr, 2004.

DI PIERRO, MARIA Clara (coord). **Seis anos de Educação de jovens e Adultos no Brasil: os compromissos e a realidade.** São Paulo: Ação Educativa, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo, Paz e Terra: 1996.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.** 22ª ed. Rio de Janeiro: Liv. José Olímpio Ed., 1983.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CAMPO: uma análise à luz do PRONERA.** IN MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org). **Movimentos Sociais, Educação e Escola. A favor da diversidade.** Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

FURTADO, José Ribamar de Sousa; FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **A Intervenção Participativa dos Atores - INPA: uma**

**metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GHIRALDELLI, Paulo Júnior. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

**Indicador nacional de Alfabetismo Funcional: um diagnóstico para a inclusão social pela educação.** São Paulo: Ação Educativa, 2001.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org). **JUVENTUDE RURAL: trabalho, migração e escola.** Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

MARTINS, José de Sousa. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

Ministério da Educação. **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo.** Brasília – DF, 2004.

MOLINA, Mônica Castagna e JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. Coleção por Uma Educação do Campo, nº 5. Paz e Terra, 1996

POPKEWITZ, Thomas S. **Lutando em Defesa da Alma: a política do ensino e a construção do professor.** Porto Alegre: Artmed Editora Ltda., 2001.

RAMOS, Marise Nogueira, MOREIRA, Telma Maria e SANTOS, Clarice Aparecida dos (coordenadoras). **Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios.** Brasília, Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

Síntese do debate **Alfabetização e Analfabetismo: desafios para as políticas públicas.** São Paulo: Ação Educativa, 2003.

## NOTAS

<sup>1</sup> Após a Coroa Portuguesa entrar em desacordo com a Companhia de Jesus, Marquês de Pombal, representante daquela expulsa os Jesuítas do país por volta de 1772, fato que piorou ainda mais o acesso da população pobre ao ensino.

<sup>2</sup> Esse professor comumente era um religioso, o capelão, que muitas vezes, vivia como agregado das grandes fazendas.

<sup>3</sup> O termo popular é usado para designar o povo simples, pobre e explorado que vivia a margem da vida social e política da época.

<sup>4</sup> Esse trabalho é um artigo que apresenta o estado da arte da educação no campo, apresentando um levantamento dos estudos referentes a essa temática específica nos anos 1980-90.